

## Historiadores que tomam partido

“Acredito que  
‘viver significa tomar partido’.  
Não podem existir os apenas homens,  
estranhos à cidade.  
Quem verdadeiramente vive  
não pode deixar de ser cidadão,  
e partidário.”  
Antonio Gramsci,  
Odio Gli Indifferenti, 1917

Não foram os acontecimentos de 2016 no Brasil que culminaram no golpe, nem os crescentes casos de discriminação e intolerância na Universidade que nos levam a tomar partido. Felizmente, há séculos, os historiadores e as historiadoras refletem sobre o papel político do intelectual ou, mais especificamente, sobre a sua função social – o que significa não ser indiferente.

Nesse debate, por meados do século XIX, consolidou-se uma concepção disciplinar sobre a história, segundo a qual caberia ao historiador atuar com isenção e neutralidade, afastando-se de determinadas “paixões” que pudessem comprometer a ciência. Porém, desde então, muitas críticas foram feitas a esse entendimento do ofício, ressaltando que não há nenhuma impossibilidade epistemológica ou existencial no posicionamento político do profissional; pelo contrário, o que se evidencia é que o ato de não se posicionar se trata muito mais de uma covardia cognitiva, moral e política.

Em relação ao golpe de 2016, foi criado em nível nacional um grupo intitulado “Historiadores pela Democracia” para articular a mobilização daqueles que se identificavam com valores democráticos que estavam sendo ameaçados, assim como outras categorias profissionais o fizeram. Formado por historiadores e historiadoras cuja característica é o respeito à pluralidade de concepções e fazeres, em junho, o grupo teve uma audiência com a presidenta afastada, Dilma Rousseff, solidarizando-se em defesa da democracia. A partir de então, uma série de eventos estão sendo realizados nas universidades brasileiras, debatendo questões que exigem um posicionamento: as propostas dos defensores da “Escola sem partido”, a imposição de um fundamentalismo religioso na legislação sobre os direitos civis, etc.

Assim como ocorrera relativo a 1964, quando se originou uma disputa de sentidos do passado – o “golpe” ou a “revolução” –, denominar os acontecimentos de 2016 como um “golpe” é promover um debate intelectual e participar de uma contenda política no âmbito público. Justamente nesses espaços públicos que são colocados em questão as imagens e os sentidos do passado, bem como os valores que regem nosso presente para pensarmos perspectivas futuras. Novamente, eis a função social do historiador, interferindo nos conflitos de sentido que se produzem no espaço público através da crítica a memórias ou a determinadas concepções de história.

Quanto à UFRGS, nos últimos meses têm aumentado significativamente os ataques que denunciam uma intolerância que sempre existiu, mas permanecera velada durante muitos anos, passando a ser conhecida nas manifestações de cunho racista com a implementação da política de cotas na Universidade, até chegar aos casos mais recentes de LGBTfobia, misoginia e racismo. Que a equidade, o respeito e a tolerância às diferenças não são valores disseminados na sociedade brasileira, isso não é novidade; precisamos, porém, nos questionar: que cultura é essa que se criou a partir de uma ideia que o debate, o dissenso e o posicionamento ideológico são vistos como algo pernicioso?

Rever crenças e valores morais pressupõe uma vontade de se questionar a respeito de determinadas concepções que se tem de mundo – e, na maioria das vezes, ocorrem processos de distorção e/ou invenção de realidades para uma conformação com determinada visão de mundo. Assim, os ódios de classe e de gênero e o ódio racial devem ser sempre denunciados como o sinistro da história, não no sentido do que deveria estar oculto, mas sim do que perdeu os limites entre a fantasia e a realidade. Frente a essa situação, os professores do Departamento de História tomam partido pela democracia, pelo respeito às diferenças e por uma sociedade mais justa.

Plenário do Departamento de História da UFRGS, julho de 2016